

Coleção  
**Eduardo Espínola**

**Cássio Benvenutti de Castro**

# **AÇÃO ANULATÓRIA**

## **Art. 966, § 4º, CPC**

**2019**



Rua Território Rio Branco, 87 - Pituba - Salvador/BA. CEP: 41830-530

Tel: (71) 3045.9051

• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/sac>

**Copyright:** Edições JusPODIVM

**Conselho Editorial:** Eduardo Viana Portela Neves, Dirley da Cunha Jr., Leonardo de Medeiros Garcia, Fredie Didier Jr., José Henrique Mouta, José Marcelo Vigliar, Marcos Ehrhardt Júnior, Nestor Távora, Robério Nunes Filho, Roberval Rocha Ferreira Filho, Rodolfo Pamplona Filho, Rodrigo Reis Mazzei e Rogério Sanches Cunha.

**Capa:** Ana Caquetti

---

A168      Ação anulatória art. 966, § 4º, CPC / Cássio Benvenutti de Castro – Salvador: Editora JusPodivm, 2019.

416 p. (Eduardo Espínola / Coordenação Fredie Didier Jr.)

Bibliografia.

ISBN 978-85-442-2670-4.

1130319

1. Fontes do Direito. 2. Interpretação da Lei. 3. Hermenêutica. I. Castro, Cássio Benvenutti de. II. Título.

CDD 340.326

---

Todos os direitos desta edição reservados à Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e da Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

# SUMÁRIO

## Primeira parte

### O PROBLEMA DA AÇÃO ANULATÓRIA

#### Capítulo 1

<b>A INDIVIDUALIZAÇÃO DO PROBLEMA .....</b>	<b>33</b>
1.1. A influência do direito positivo.....	35
1.2. Uma compreensão estática do processo civil .....	38
1.3. A solução da tradição conceitualista: uma compreensão da “ação anulatória” por simples exclusão .....	46

#### Capítulo 2

<b>AS PREMISSAS METODOLÓGICAS DA ANÁLISE .....</b>	<b>67</b>
2.1. A premissa institucional. O primado da tutela dos direitos e a tutela jurisdicional .....	68
2.2. A premissa normativa .....	83
2.2.1. A noção de fato jurídico processual .....	83
2.2.2. O processo como um procedimento em contraditório .....	96
2.2.3. Uma distinção fundamental: os atos processuais <i>versus</i> os atos processualizados.....	103
2.2.4. A separação dos planos: a invalidade processual (invalidade dos atos processuais) não se confunde com a invalidade dos atos processualizados .....	129
2.3. A premissa dialética.....	132

## Segunda parte

**OS FUNDAMENTOS TEÓRICOS DA AÇÃO ANULATÓRIA****Capítulo 3****A TEORIA DA TUTELA JURISDICIONAL CONSTITUTIVA  
NEGATIVA DO ATO PROCESSUALIZADO .....**

<b>157</b>
3.1. A necessidade da regra codificada..... 159
3.2. A questão da nomenclatura..... 162
3.3. O objeto material atacado pela ação anulatória: os atos de disposição de direito praticados pelas partes ou por outros participantes do processo..... 167
3.3.1. As espécies de atos que internalizam o ato (ou negócio) de disposição de direito praticado pelas partes ou intervenientes ..... 176
3.3.1.1. Os atos de inserção dos atos (ou negócios) das partes que não dependem de sentença..... 177
3.3.1.2. Os atos de disposição seguidos de sentença “meramente homologatória” ..... 183
3.4. Em especial: a sentença “meramente homologatória” ..... 188
3.4.1. A definição de sentença e uma classificação pelo critério da virtualidade cognitiva..... 192
3.4.1.1. A sentença com julgamento ou decisão..... 200
3.4.1.2. A sentença homologatória..... 207
3.4.1.3. A sentença “meramente” homologatória..... 217
3.5. A denominada extinção indireta do ato processual típico (transparente), que encobre o ato ou o negócio jurídico do direito material..... 225
3.6. Os fundamentos jurídicos para a tutela desconstitutiva: “nos termos da lei” ..... 229
3.7. A desconstituição do ato processualizado como a anulação de ato desconforme ao direito..... 233
3.8. Segue: a problemática do direito público..... 254

## Terceira parte

# A PRÁTICA DA AÇÃO ANULATÓRIA

### Capítulo 4

#### O PROCESSO PARA A TUTELA JURISDICIONAL

#### CONSTITUTIVA NEGATIVA DO ATO PROCESSUALIZADO ..... 263

4.1. A competência jurisdicional para o julgamento da ação anulatória. 264

4.2. O procedimento ..... 272

4.3. A legitimidade das partes..... 273

4.4. A tutela jurisdicional ..... 275

4.5. Em especial: os efeitos práticos da tutela jurisdicional ..... 278

4.6. O prazo decadencial ..... 281

4.7. O modelo de convencimento judicial ..... 286

4.8. A fungibilidade entre a ação anulatória e a ação rescisória..... 294

### Capítulo 5

#### OS CASOS POLÊMICOS ..... 297

5.1. A jurisdição voluntária..... 297

5.2. Em especial: a partilha no inventário..... 312

5.3. A decisão em processo cautelar..... 320

5.4. As falsas homologações: a *homologação* do cálculo do contador, a sentença *homologatória* da demarcação, e a *homologação* do projeto de sentença do juiz leigo ..... 328

5.5. A homologação da sentença estrangeira..... 335

5.6. As modalidades da expropriação dos bens na execução ..... 339

5.7. A transação e o diálogo das fontes: o art. 487 em cotejo com o art. 966, § 4º, do CPC..... 357

5.8. Outras hipóteses..... 382

#### CONCLUSÃO ..... 389

#### REFERÊNCIAS ..... 399